

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE PSICOLOGIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Ana Flávia Abreu Soares

**A percepção dos professores sobre a inclusão escolar de estudantes com
Transtorno do Espectro Autista: uma revisão narrativa**

Belo Horizonte

2022

Ana Flávia Abreu Soares

A percepção dos professores sobre a inclusão escolar de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista: uma revisão narrativa

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Transtorno do Espectro Autista, da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Transtorno do Espectro Autista.

Orientadora: Profa. Dra. Rosângela Gomes da Mota de Souza

Belo Horizonte

2022

150
S676p
2022

Soares, Ana Flávia Abreu.

A percepção dos professores sobre a inclusão escolar de estudantes com transtorno do espectro autista [recurso eletrônico] : uma revisão narrativa / Ana Flávia Abreu Soares . - 2022.

1 recurso online (33 f.) : pdf

Orientadora: Rosângela Gomes da Mota de Souza.

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Transtorno do Espectro Autista - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1. Inclusão em educação . 2. Transtornos do espectro autista. 3. Professores . I. Souza, Rosângela Gomes da Mota de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CURSO DE TRANSTORNOS DO ESPECTRO DO AUTISMO

UFMG

ATA DA DEFESA DA MONOGRAFIA DA ALUNA ANA FLÁVIA ABREU SOARES

Realizou-se, no dia 30 de abril de 2022, às 10:00 horas, Saguão da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EFFETO) 2, UFMG Ca, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de monografia, intitulada *A percepção dos professores sobre a inclusão escolar de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista: uma revisão narrativa*, apresentada por ANA FLÁVIA ABREU SOARES, número de registro 2019696228, graduada no curso de PEDAGOGIA, como requisito parcial para a obtenção do certificado de Especialista em TRANSTORNOS DO ESPECTRO DO AUTISMO, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Rosângela Gomes da Mota de Souza - Orientador (Universidade Federal de Minas Gerais), Prof(a). Joana da Costa Ribeiro (UFMG), Prof(a). Levindo Diniz Carvalho (UFMG).

A Comissão considerou a monografia:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2022.

Prof(a). Rosângela Gomes da Mota de Souza (Doutora)

Prof(a). Joana da Costa Ribeiro (Especialista)

Prof(a). Levindo Diniz Carvalho (Doutor)

Este trabalho é dedicado às crianças com TEA que atravessaram a minha prática transformando o meu olhar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos encontros que potencializaram minha prática enquanto profissional na educação.

Aos meus alunos, pelos sentimentos de amor, de confiança, de desespero e insegurança que me mobilizaram para aprender a cada dia como transformar o meu lugar enquanto professora.

À minha orientadora, Rosângela Gomes da Mota de Souza, por ser a mulher mais incrível, gentil, respeitosa, inteligente que eu já conheci no meio acadêmico.

À minha família, por serem, simplesmente, eles.

Ao Rômulo, por cada olhar e palavra de afeto.

RESUMO

Introdução: A inclusão escolar de pessoas com deficiência perpassa por diversos debates, a fim de garantir o acesso e a permanência de todos no ensino regular, inclusive para aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA). **Objetivo:** O objetivo desta pesquisa foi compreender as percepções dos professores sobre a inclusão escolar de alunos com TEA. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão narrativa de literatura, tendo por fonte as bases de dados Lilacs e Scielo. **Resultados:** A amostra final, constituída de 12 artigos publicados no período entre 2008 e 2020, foi sistematizada por meio de uma Matriz de Análise. A maioria dos estudos se refere à educação básica, tendo sido conduzidos por pesquisadores que não são da área da educação. **Conclusões:** Os estudos demonstram que os docentes têm uma percepção legal do direito ao acesso dos alunos com TEA no ensino regular. Entretanto, garantir a permanência, o que envolve direitos a aprendizagens, foi apontado pelos professores como o maior desafio. Embora haja avanços da educação inclusiva, os olhares desses profissionais apontam que eles não se sentem preparados para atuar com esses estudantes.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Transtorno do Espectro Autista. Professores.

ABSTRACT

Introduction: The school inclusion of people with disabilities goes through several debates, in order to guarantee the access and permanence of all in regular education, including for those with Autism Spectrum Disorder (ASD). **Objective:** The objective of this research was to understand teachers' perceptions about the school inclusion of students with ASD. **Methodology:** A narrative literature review was carried out, using the Lilacs and Scielo databases as a source. **Results:** The final sample, consisting of 12 articles published between 2008 and 2020, was systematized through an Analysis Matrix. Most studies refer to basic education, having been conducted by researchers who are not in the field of education. **Conclusions:** Studies show that teachers have a legal perception of the right to access students with ASD in regular education. However, ensuring permanence, which involves rights to learning, was pointed out by teachers as the biggest challenge. Although there are advances in inclusive education, the views of these professionals indicate that they do not feel prepared to work with these students.

Key-words: School inclusion. Autism Spectrum Disorder. Teachers

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 A inclusão de crianças com TEA na perspectiva acadêmica.....	10
1.2 Educação especial e inclusão: breve histórico do contexto brasileiro	12
2 METODOLOGIA.....	15
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	19
4 COMENTÁRIOS FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	30

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata da percepção dos professores sobre a inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista - TEA. Para tal, inicialmente, procede-se à apresentação das características do TEA. Na sequência, expõe-se um breve histórico sobre a história da inclusão escolar no Brasil. Na metodologia e discussão, devido à diversidade da amostragem, os dados são apresentados a partir de uma revisão bibliográfica narrativa, seguidos dos comentários finais da autora.

1.1 A inclusão de crianças com TEA na perspectiva acadêmica

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é classificado pelo *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, 5ª edição, (DSM V) como um transtorno do neurodesenvolvimento, caracterizado por sinais e sintomas que devem estar presentes desde a infância. O indivíduo apresenta déficits em duas dimensões principais: 1) prejuízo sociocomunicativo; 2) comportamental que se reflete em padrões repetitivos e restritos de comportamento, interesses e atividades (APA, 2014).

Segundo Vicari (2019), com relação ao primeiro critério, a pessoa deve apresentar dificuldades na comunicação, na reciprocidade social e emocional, limitação para iniciar, manter e entender relacionamentos, bem como se ajustar em diversas situações sociais. Schmidt (2017 *apud* VICARI, 2019) enfatiza que, além das trocas sociais restritas, verifica-se a presença de dificuldades em compreender e fazer uso de gestos convencionais, ou seja, a integração entre a comunicação verbal e não verbal tende a estar dessincronizada ou atrasada. Vicari (2019) cita também que são comuns as alterações no contato visual e na linguagem corporal, que ocorrem com frequência diminuída.

No segundo critério, definido pelo DSM V, a criança deve apresentar movimentos repetitivos e estereotípias no uso de objetos ou da fala, insistência nas mesmas coisas, aderência inflexível às rotinas ou padrões, interesses restritos que são considerados fora do padrão em intensidade e foco, além de uma hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais do ambiente (APA, 2014 *apud* VICARI, 2019).

Vicari (2019) ressalta que as alterações da sociocomunicação e do comportamento ocorrem de forma heterogênea dentro do espectro do TEA, pois se pode observar desde manifestações de dificuldades discretas até casos mais severos que impactam na autonomia e na independência da pessoa de diferentes formas e intensidades. Portanto, observa-se que, no TEA, há uma variabilidade em termos de comportamento, cognição, desenvolvimento motor e comunicação. Dessa forma, o DSM V orienta três níveis de apoio necessários no cotidiano, distribuídos em: Nível 3: necessidade de apoio muito substancial; Nível 2: necessidade de apoio substancial; Nível 1: necessidade de apoio. (APA, 2014 *apud* VICARI, 2019).

Além das características que compõem o espectro, algumas alterações clínicas, denominadas de comorbidades, podem vir associadas ao TEA. De acordo com o Manual de Orientação do Departamento Científico do Desenvolvimento e Comportamento de Pediatria, são elas:

(...) transtornos de ansiedade, incluindo as generalizadas e as fobias, transtornos de separação, transtorno obsessivo compulsivo (TOC), tiques motores (de difícil diferenciação com estereotípias), episódios depressivos e comportamentos autolesivos, em torno de 84% dos casos; transtornos de déficit de atenção e hiperatividade em cerca de 74%; deficiência intelectual (DI); déficit de linguagem; alterações sensoriais; doenças genéticas, como Síndrome do X Frágil, Esclerose Tuberosa, Síndrome de Williams; transtornos gastrointestinais e alterações alimentares; distúrbios neurológicos como Epilepsia e distúrbios do sono; comprometimento motor como Dispraxia, alterações de marcha ou alterações motoras finas. (SBP, 2019, p. 10)

De acordo com o relatório norte-americano, publicado pelo *Centers for Disease Control and Prevention/USA* (2018), os últimos dados epidemiológicos, referentes a 2014, indicavam que a prevalência do TEA era estimada em um caso a cada 59 crianças, sendo que, em 2012, a referência era de um caso a cada 68, em 2000, de um caso a cada 150 crianças (VICARI, 2019).

Com a prevalência apresentada, haverá um crescente aumento desse público na rede regular de ensino brasileiro, o que desafia a dinâmica cotidiana desse espaço devido à complexidade de características que envolvem o Transtorno do Espectro Autista (VICARI, 2019).

A inclusão escolar desses estudantes no Brasil faz parte de uma proposta política, cultural, social e pedagógica que visa garantir o direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando (BRASIL, 2008). Para entender um pouco mais acerca desse processo, é necessário compreender a história da Educação Especial e seu desenvolvimento até sua atual proposição na perspectiva de uma educação inclusiva.

1.2 Educação especial e inclusão: breve histórico do contexto brasileiro

O conceito de deficiência que hoje é debatido vem transacionando a partir de lutas de diversas entidades, como por exemplo, as pessoas com deficiência e suas famílias. Passou desde a concepção de um modelo biomédico que entendia os corpos como anormais, ineficientes, incapazes para uma definição social de deficiência no qual o corpo fora da “normalidade” não seria impedimento para ações de igualdade. Segundo Diniz, Barbosa e Santos (2009) a deficiência no modelo biomédico entende que o corpo deve se submeter à metamorfose para a “normalidade”, seja pela reabilitação, pela genética ou por práticas educacionais. Esses autores também apontam que já o modelo social não se resume à oferta de bens e serviços médicos, mas exige também a eliminação de barreiras e a garantia de um ambiente social acessível aos corpos com impedimentos físicos, intelectuais ou sensoriais. É nesta concepção de lutas de direitos que a inclusão escolar está inserida.

Até a década de 1990, no Brasil, alunos com deficiência eram inseridos no ensino regular através do modelo de integração, o que significa que o acesso desses estudantes à classe comum se dava na medida em que tivessem condições de acompanhar uma turma regular (NASCIMENTO, CRUZ; BRAUN, 2017). O atendimento educacional direcionado a essas pessoas foi construído separadamente, constituindo-se como um campo de atuação específico, muitas vezes sem interlocução com a educação comum. De acordo com Kassir (2011), essa separação materializou-se na existência de um sistema paralelo de ensino, de forma que o atendimento de alunos com deficiência ocorreu de modo incisivo em locais separados dos outros alunos.

O debate central acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão dentro e fora de escola evidenciam a necessidade de

confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las (BRASIL, 2008). A educação como uma ação não igualitária passa a ser questionada através de debates internacionais e da legislação brasileira. A Constituição Federal (1988), no artigo 206 inciso I, foi a primeira lei que assegurou o acesso e a permanência de toda criança e adolescente na escola, preferencialmente no ensino regular.

A partir da Declaração de Salamanca (1994), a discussão sobre a inclusão escolar de crianças com deficiência ganhou uma outra evidência. Os estudantes são vistos como sujeitos que possuem características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem únicas. Assim, os sistemas educacionais devem ser designados e programas educacionais devem ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394, em sua estrutura, garante o direito à igualdade de condições para o acesso e a permanência de todos nas escolas regulares e à aprendizagem ao longo da vida. O programa de Educação Inclusiva (2003), lançado pelo Governo Federal, tinha o objetivo de apoiar a formação de gestores e educadores, a fim de transformar os sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos.

As leis e os programas direcionam a educação para um paradigma educacional inclusivo fundamentado na concepção de direitos, que combina igualdade e diferença como valores indissociáveis. Com isso, a organização das escolas passa a ser repensada, o que demanda ações para uma mudança estrutural e cultural desse espaço para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas no ensino regular.

Borges e Nogueira (2018) ressaltam que as mudanças que ocorreram na educação diante do arcabouço legal e programas possibilitam acesso da população com deficiência às escolas comuns. No entanto, o acesso não garante a permanência ou a aprendizagem do aluno. Luz, Gomes e Lira (2017) enfatizam que, mesmo anos depois da Declaração de Salamanca, o direito do aluno de estar na escola e aprender ainda não se concretizou em um direito exercido por todas as crianças. Os autores também apontam que direitos que estavam descritos na Declaração para uma escola inclusiva, como reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, respeitar

diferentes formas de aprendizagens, assegurar uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificar aspectos organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos só serão garantidos, quando houver formação docente continuada para compreensão adequada a respeito da inclusão de crianças com deficiências.

Alguns professores, por desconhecerem a política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, apresentam, não raro, uma concepção de inclusão defasada. A apropriação dessa concepção por parte dos docentes é fundamental para garantir o sucesso ou o fracasso desse processo, pois, a partir do conhecimento da política, o profissional compreende o significado e as possibilidades da inclusão (SILVA; CARVALHO, 2017).

Nessa perspectiva, incluir pressupõe respeitar as diferenças e não ignorá-las. Para isso, as escolas devem oferecer suportes para o estudante que lhe permitam, de fato, estar incluídos. Para assegurar esses suportes, é preciso que os órgãos públicos de educação estejam envolvidos assegurando espaços educacionais acessíveis, professores melhor preparados etc.

Habib (2019) aponta que o TEA foi considerado uma deficiência a partir da lei nº 12.764 (2012), Lei Berenice Piana, que equipara os direitos das pessoas com deficiência às pessoas com TEA, aumentando o sistema de proteção social e cuidados na perspectiva de superação das barreiras que venham impedir a autonomia e a participação social das pessoas com autismo e suas famílias, condição em que as adaptações exigidas no processo de inclusão são tão amplas quanto a amplitude do espectro. Mesmo a lei garantindo a proteção ao direito a uma educação inclusiva, os estudantes com TEA ainda encontram, nas escolas, desafios com relação à permanência e à qualidade da inclusão escolar, como qualquer outro estudante com deficiência.

Como foi apontado por Habib (2019), há muitos desafios para colocar em prática a inclusão escolar de alunos com TEA, bem como garantir aprendizagem para todos. Nesse sentido, o entendimento da concepção da política de educação inclusiva, o conhecimento e a formação continuada dos professores, para entender as características comportamentais e a lógica de pensamento dos estudantes com TEA, são fundamentais para o sucesso do desempenho estudantil.

Segundo Schmidt (2017), apesar dos avanços no entendimento do autismo e sua utilização para o desenvolvimento de intervenções nos campos clínico para o campo educacional, o panorama nacional ainda mostra demandas pouco atendidas, como pesquisas empíricas, de natureza aplicada na geração de resultados, que apoiem o desenvolvimento de políticas públicas para atendimento a essa população.

Dado que não há uma compreensão clara sobre inclusão escolar, muito provavelmente, os professores têm olhares muito diversos para essa questão, o que ocasiona um desafio em assegurar, para a criança com deficiência, oportunidades de aprendizagem, garantindo a continuidade das aprendizagens dos estudantes com TEA. Assim, discutir sobre a percepção dos professores com relação à inclusão escolar de crianças com TEA é essencial para avançarmos no processo de inclusão como garantia de direitos e acesso às aprendizagens de todos. Portanto, nesta pesquisa, o objetivo foi analisar produções científicas, relacionadas ao contexto brasileiro, que abordassem a percepção dos professores sobre a inclusão escolar de estudantes com TEA.

2 METODOLOGIA

Há muitas maneiras de se fazer uma revisão de literatura. As metodologias e procedimentos metodológicos se baseiam ou foram inspiradas nas revisões bibliográficas ou narrativas (BOTELHO, CUNHA, MACEDO, 2011). A metodologia utilizada neste trabalho baseia-se na revisão de literatura narrativa que visa fazer uma síntese da literatura, buscando atualizações a respeito de um determinado tema, dando ao pesquisador suporte teórico em curto período, bem como conhecer quais as lacunas sobre o assunto (CASARIN *et al*, 2020). Por um lado, constatou-se a amplitude do tema Inclusão Escolar de Estudante com TEA e, por outro, uma escassez de estudos sobre o objeto desta pesquisa, ou seja, estudos que abordassem especificamente a percepção do professor. Assim, fez-se necessário, para melhor busca e análise dos dados, utilizar-se também dos procedimentos metodológicos da revisão de mapeamento.

Considerando-se que o objetivo era encontrar publicações relativas ao cenário brasileiro, foram escolhidas as seguintes fontes de dados: *Scientific Electronic Library Online*

(SciELO)¹ e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs)², que são as duas principais bases de dados da América Latina na área das Ciências da Saúde, incluindo estudos inter e multidisciplinares.

Para um periódico ser indexado nas bases SciELO e Lilacs, ele passa por etapas criteriosas. Na SciELO, a primeira etapa, chamada de pré-avaliação, visa verificar se o periódico no qual o artigo está publicado atende aos critérios mínimos para avançar para a segunda etapa, quando se avalia a sua relevância científica, cultural, social e econômica com ênfase em contribuir para o desempenho de respectiva área temática. Na segunda etapa, o dossiê da revista é enriquecido com duas ou mais opiniões de especialistas.

A base Lilacs, como a SciELO, tem uma biblioteca robusta, contendo cerca de 900 mil registros de artigos de revistas com revisão por pares, teses e dissertações, documentos governamentais, anais de congressos e livros. É atualizada por uma rede composta por mais de 600 instituições de ensino, governo e pesquisa em saúde e coordenada pela Biblioteca Regional de Medicina / Organização Pan Americana de Saúde/ Organização Mundial de Saúde - BIREME /OPAS /OMS.

Definidas as bases, a segunda etapa da pesquisa teve a finalidade, de acordo com o levantamento bibliográfico inicial, de determinar as palavras-chaves e os descritores para a seleção da amostra. A princípio, as palavras selecionadas foram Transtorno do Espectro Autista, Inclusão e Professor, consultados nos Descritores em Ciências da Saúde- (DECS)³. Entretanto, constatou-se a necessidade de se utilizarem termos alternativos. Fazendo uso da bibliografia do levantamento inicial, procedeu-se a uma busca por quaisquer termos que tivessem sido utilizados, seja como descritores/palavras-chaves e, ou ao longo dos textos, os quais foram utilizados para fazer um teste de sensibilidade nas bases de dados. A partir do teste de sensibilidade, realizou-se uma pré-análise dos resultados mais sensíveis aos objetivos desta pesquisa, objetivando encontrar o máximo de publicações possíveis relacionadas ao

¹ Fonte: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 01 abr. 2022.

² Fonte: <https://lilacs.bvsalud.org/> Acesso em: 01 abr. 2022.

³ O DECS é um dicionário de termos, que se constitui num vocabulário controlado e estruturado que é utilizado para a indexação de artigos científicos e outros documentos da área das ciências da saúde. Fonte <https://decs.bvsalud.org/> Acesso em: 01 abr. 2022

tema, chegando-se a uma composição final das palavras-chaves e os termos alternativos, que podem ser lidas no quadro 1.

Quadro 1- Palavras-chaves e termos alternativos

Palavras-chaves / Descritores	Termos alternativos do DEC's
Transtorno do espectro autista	Autismo
Inclusão Escolar	Inclusão Educacional - Integração Educacional - Integração Escolar
Professor	Educador - Docente

Fonte: Elaboração própria

A primeira etapa para a seleção da amostra foi realizar a busca nas bases de dados com todas as combinações das palavras-chaves e dos termos constantes no quadro 1. No quadro 2, é possível visualizar as combinações que foram utilizadas. As palavras foram combinadas entre si, segundo cada linha de faixa de cor. Por exemplo, as palavras das faixas amarelas foram combinadas entre si, tais como: inclusão - professor AND⁴ transtorno do espectro autista; inclusão AND educador AND transtorno do espectro autista; inclusão-docente AND transtorno do espectro autista; e assim sucessivamente.

Quadro 2 - Combinações das palavras para a busca

Palavras-chaves / termos semelhantes		
Inclusão	Professor	transtorno do espectro autista
inclusão	Educador	transtorno do espectro autista
Integração	Professor	transtorno do espectro autista
Integração	Educador	transtorno do espectro autista
Integração	Docente	transtorno do espectro autista
Inclusão	Professor	Autismo
Inclusão	Educador	Autismo
Inclusão	Docente	Autismo
Integração	Professor	Autismo

⁴ "AND" é um operador booleano adicionado automaticamente pelas bases de dados no processo de busca dos documentos. Essa operação faz com que o sistema busque, em suas bases, documentos que tenham um termo "e" outro termo.

Palavras-chaves / termos semelhantes		
Inclusão	Professor	transtorno do espectro autista
inclusão	Educador	transtorno do espectro autista
Integração	Educador	Autismo
Integração	Docente	autismo

Fonte: Elaboração própria

As pesquisas das combinações das palavras-chaves e dos termos alternativos, resultaram em 83 documentos, sendo 21 na base Scielo e 62 na base Lilacs. Foram excluídas 60 publicações repetidas, restando 23 documentos. Por meio da leitura do título, do resumo e das palavras-chaves, foram excluídas nove publicações que não mencionaram o tema “percepção do professor sobre a inclusão escolar de alunos com TEA”. Restaram 12 documentos, do tipo artigo científico, que constituem a amostra desta revisão.

A amostra dos artigos foi inserida na Matriz de Análise, que consiste em uma planilha do Excel, dividida em três partes (A-B-C), criada a partir de critérios que permitissem categorizar os artigos para a análise e discussão do tema proposto neste trabalho.

Na parte A, foram introduzidas informações descritivas a fim de compor o perfil da amostra, conforme os itens do quadro 3.

Quadro 3 – Parte A

Parte A- Identificação da Publicação				
Número de Identificação	Autores e área de formação	Título da publicação	Ano de publicação	Nome do periódico e área de conhecimento

Fonte: Elaboração própria

Na parte B, o objetivo foi analisar os artigos, quanto aos objetivos, metodologias e resultados apresentados pelos autores. Ou seja, foram coletadas informações das publicações segundo as informações dos próprios pesquisadores e que constam, na maior parte dos casos, nos resumos dos documentos.

Quadro 4 – Parte B

Parte B – Análise dos artigos segundo objetivos, metodologia e resultados apresentados no artigo analisado				
Objetivo expresso no artigo	Metodologia do estudo do artigo	Procedimentos metodológicos	Sujeitos/grupos alvo da pesquisa/estudo	Resultados relatados no artigo

Fonte: Elaboração própria

Na parte C, os artigos foram analisados segundo categorias criadas de acordo com os objetivos da pesquisa e dos resultados observados na parte B. As categorias criadas foram: modalidade de ensino; referenciais teóricos e autores referências da discussão; o conceito de inclusão para os professores; aprendizagem dos alunos com TEA; qualificação ou não do professor.

Quadro 5 – Parte C

Parte C - Categorias de análise segundo os objetivos da pesquisa		
Modalidade de ensino	Referenciais teóricos	Autores das referências teóricas

Fonte: Elaboração própria

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra desta pesquisa é composta por 12 publicações do tipo artigo científico, publicadas no período entre 2008 e 2020, as quais podem ser visualizadas no quadro 6 abaixo.

Quadro 6 – Artigos da amostra

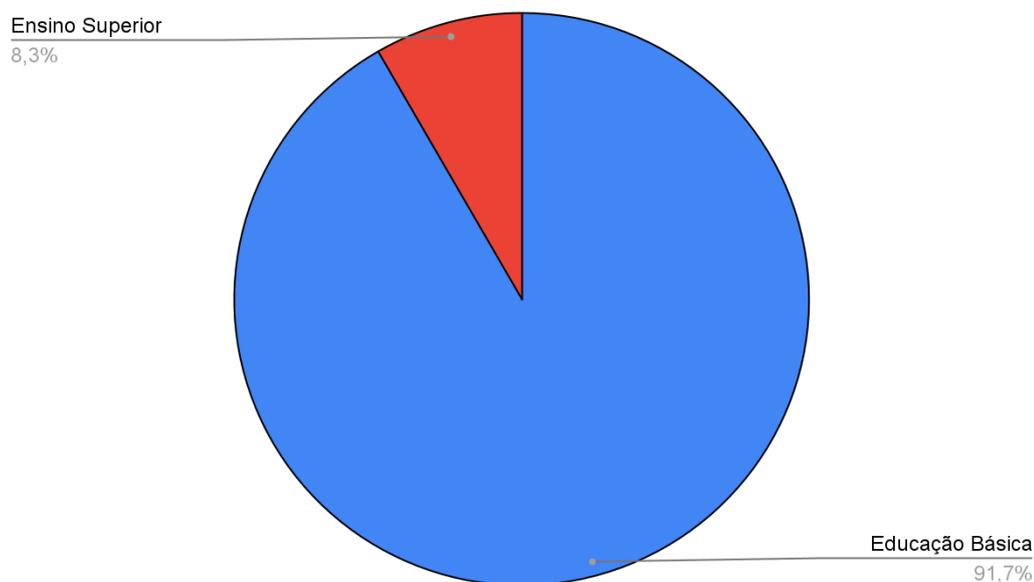
ID	Autores	Título	Ano de publicação	Nome do periódico
1	Luana Stela Weizenmann; Fernanda Aparecida Szareski Pezzi; Regina Basso Zanon	Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes	2020	Psicologia educacional e escolar
2	Marta Luciane Fischer	Tem um Estudante Autista na minha Turma! E Agora? O Diário Reflexivo Promovendo a Sustentabilidade Profissional no Desenvolvimento de Oportunidades Pedagógicas para Inclusão	2019	Revista Brasileira de Educação Especial

3	Cláudia Sanini; Cleonice Alves Bosa	Autismo e inclusão na educação infantil: Crenças e autoeficácia da educadora	2015	Estudos de psicologias
4	Natalia Caroline Favoretto; Dionísia Aparecida Cusin Lamônica	Conhecimentos e necessidades dos professores em relação aos transtornos do espectro autístico	2014	Revista Brasileira de Educação Especial
5	Iara Maria de Farias; Renata Veloso de Albuquerque Maranhão; Ana Cristina Barros da Cunha	Interação professor-aluno com autismo no contexto da educação inclusiva: análise do padrão de mediação do professor com base na teoria da Experiência de Aprendizagem Mediada (<i>Mediated Learning Experience Theory</i>)	2008	Revista Brasileira de Educação Especial
6	Maria Goretti Andrade Rodrigues; Renata Domingues Gonçalves Caveari de Sousa Thamyres Bandoli Tavares Vargas	Infâncias ditas autistas na escola: repercussões de pesquisas no mestrado em ensino	2019	Práxis e saber
7	Mariana Helena Silva Da Luz; Candido Alberto Gomes; Adriana Lira	Narrativas sobre a inclusão de uma criança autista: desafios à prática docente	2017	Educacion
8	Cirleine Costa Couto; Maria Cândida de Carvalho Furtado; Adriana Zilly; Marta Angélica Iossi Silva	Experiências de professores com o autismo: impacto no diagnóstico precoce e na inclusão escolar	2019	Revista eletrônica de enfermagem
9	Joice Otávio Ponce; Jorge Luís Ferreira Abrão	Autismo e inclusão no ensino regular: o olhar dos professores sobre esse processo	2019	Estilos da clínica
10	Cristiana Rezende Gonçalves Caneda; Tânia Marisa Lopes Chaves	A percepção do professor e do tutor frente à inclusão da criança com autismo no ensino regular	2015	Periódicos eletrônicos em Psicologia - Aletheia
11	Ana Gabriela Lopes Pimentel; Fernanda Dreux Miranda Fernandes	A perspectiva de professores quanto ao trabalho com crianças com autismo	2014	Audiol Commun Res
12	Isabel de Barros Rodrigues; Luiz Eduardo de V. Moreira; Rogério Lerner	Análise institucional do discurso de professores de alunos diagnosticados como autistas em inclusão escolar	2012	Psicologia: teoria e prática

Fonte: Elaboração própria

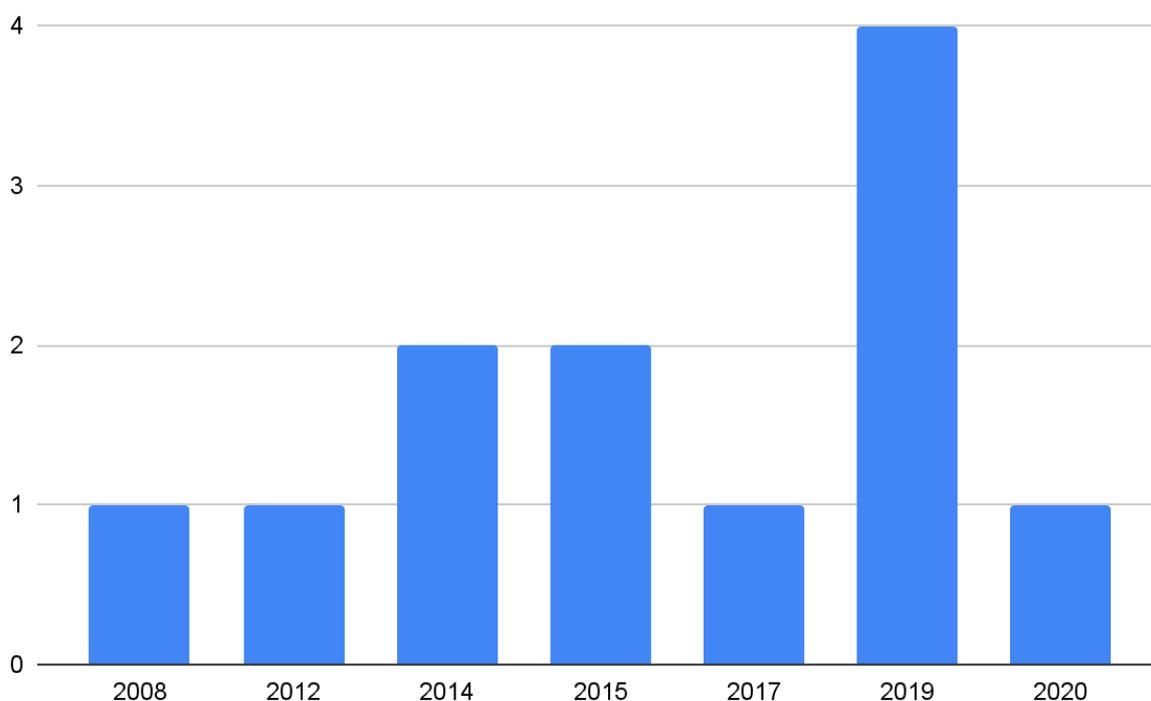
Com base na matriz de análise, verifica-se, no gráfico 1, que 91,7% das pesquisas se referem aos docentes que atuam na Educação Básica e apenas 8,3% no Ensino Superior. Nessa etapa de ensino, também se encontram poucos estudantes com TEA matriculados. Conforme Silva *et al* (2020), mesmo com todo o aporte legal que obriga o acesso de estudantes com deficiência e superdotação ao ensino superior, ainda é exígua a quantidade desse público na academia, correspondendo a 0,43% do total de estudantes matriculados em 2016, dos quais 0,005% autodeclarados com TEA. No contexto do nosso estudo, considerando a amostra incluída nesta pesquisa, foi possível analisar a percepção sobre a inclusão escolar de alunos com TEA, na sua maioria, pelo olhar dos docentes com atuação na Educação Básica.

Gráfico 1- Professores / Modalidades de Ensino



Fonte: Elaboração própria

Segundo Sousa, Oliveira e Alves (2021), fontes bibliográficas dos últimos 15 anos são consideradas recentes. Esse dado corrobora com o estudo, visto que, de acordo com o gráfico 2, entre os anos de 2015 a 2020, foram publicados oito artigos, entre os anos de 2008 a 2014, foram publicados quatro artigos. Percebe-se que a maior parte das publicações tem, no máximo, 7 anos. Assim, pode-se considerar que os artigos da amostra apresentam um debate atualizado sobre como os professores percebem a inclusão de alunos com TEA.

Gráfico 2- Quantidade de artigos x Ano de publicação

Fonte: Elaboração própria

Os artigos foram publicados em periódicos diversos. Observa-se, no quadro 3, que três documentos foram publicados no periódico Revista Brasileira de Educação Especial que tem o objetivo de difundir conhecimento em Educação Especial.

Quadro 3 - Quantidade de publicações por periódicos

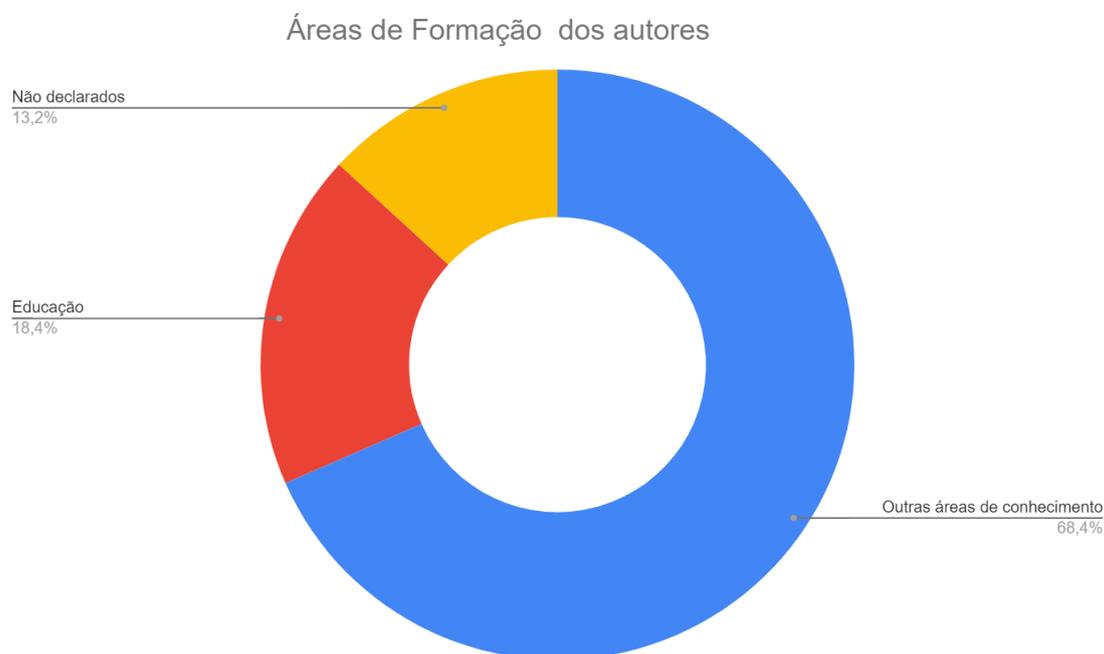
Periódicos	Quantidade de publicações
Revista Brasileira de Educação Especial	3
Educacion	1
Estudos de psicologias	1
Práxis e saber	1
Revista Eletrônica de enfermagem	1
Estilos da Clínica	1
Periódicos eletrônicos em Psicologia- Aletheia	1
Audiol Comum Res	1
Psicologia: teoria e prática	1
Psicologia Educacional e escolar	1

Fonte: Elaboração própria

Os artigos foram publicados por 38 autores distintos, com formação em diversas áreas de conhecimentos. Conforme o gráfico 3, podemos perceber que apenas 18,4% dos

autores têm formação em educação, a maior parte, 68,4% dos autores, pertence a outras áreas.

Gráfico 3- Área de formação dos autores



Fonte: Elaboração própria

Esse dado é relevante, pois se percebe a diversidade da formação dos autores que discute a percepção dos professores quanto à inclusão de estudantes com TEA. Diante dessa diversidade de formação, bem como da utilização de vários referenciais teóricos, foram utilizados para embasar a discussão dos trabalhos da amostra: psicanálise; metodologias ativas; crença e autoeficácia do professor; aprendizagem mediada; desenvolvimento infantil, além da legislação acerca da Educação Especial na perspectiva da inclusão.

O processo de análise dos artigos, por meio da matriz de análise, acabou por demonstrar a diversidade das publicações, tanto em relação à metodologia quanto à forma de nomear o que seria “percepção do professor para a inclusão escolar para alunos com TEA”, bem como apresentou a diversidade de contexto e outras questões, que apontaram para a complexidade da discussão da temática. Assim, optou-se pela demonstração dos resultados por meio de uma narrativa, da perspectiva de revisão

narrativa de literatura. A seguir, serão descritos brevemente os principais achados constantes nas publicações incluídas nesta amostra, que tratam diretamente do tema desta pesquisa.

No estudo de Weizenmann *et al* (2020), a discussão apresentada sobre a percepção dos professores acerca da inclusão escolar de alunos com TEA traz o debate, através das professoras da pesquisa, de sentimentos de medo e insegurança associados à falta de formação para trabalhar com estudantes dentro do espectro. Contudo, à medida que as crianças ficavam adaptadas à escola, esses sentimentos foram mudando para confiança e afeto. Mesmo com esses sentimentos, a inclusão escolar, para as professoras, perpassa pelo respeito à individualidade de cada aluno. Assim, é preciso que se adotem práticas pedagógicas que respeitem as diferenças. Contudo, os autores do trabalho não perceberam um planejamento estruturado de aprendizagem organizado pelas docentes para esses estudantes. Dessa forma, os avanços apresentados na aprendizagem aconteceram pela própria dinâmica da proposta pedagógica diária da sala de aula.

Na pesquisa de Fischer (2019), a inclusão escolar de estudantes com TEA aconteceu no espaço do Ensino Superior, no qual foi utilizada, diferentemente do estudo de Weizenmann (2020), uma metodologia estruturada para contemplar a aprendizagem desses alunos. A partir das metodologias ativas e da reflexão da prática pedagógica de produção de um diário de bordo escrito pelos professores, eles conseguiram, através da ação-registro-reflexão, proporcionar estratégias de aprendizagem que contemplassem as individualidades dos estudantes com TEA. Um ponto importante nesse estudo sobre a percepção dos professores acerca da inclusão de estudantes com TEA foi que, através dos registros feitos no diário de bordo, percebeu-se que, além dos estudantes com TEA, todos os outros avançaram nas aprendizagens com as estratégias das metodologias.

Sanini e Bosa (2015), em seu trabalho, verificam, através de um estudo de caso, que a professora atuante na Educação Infantil entende a importância da inclusão de estudante com TEA, mas possui dificuldades em trabalhar com o aluno, pois não tem formação adequada. Os pesquisadores apresentam essa ideia quando retratam as seguintes falas da professora: "(...) eu vou aprendendo no tranco (...)", "(...) a gente, com a vivência, foi percebendo... pelas características dele... que ele traz" (SANINI; BOSA, 2015, p. 177).

Foi a partir das observações que a docente desenvolveu práticas mais adequadas às necessidades da criança, baseadas no entendimento das situações que ambos vivenciavam.

O artigo de Favoretto e Lamônica (2014) também traz a percepção de que a maioria dos professores pesquisados considera a necessidade de se adequarem conteúdos para a inclusão de alunos com TEA, mas não se sentem efetivamente preparados para promover adaptações que respeitem as individualidades dos estudantes.

Já o estudo de Farias, Maranhão e Cunha (2008) faz um paralelo de duas professoras da Educação Infantil (Carmem e Marta) com práticas distintas que atuam com estudantes com TEA. Para a professora Marta, o aluno com TEA era considerado um “aluno que dá trabalho” e, pelo fato de se ter um mediador, ela o deixava por conta desse profissional. Essa professora demonstrou uma indiferença, uma postura negativa, afirmando que atuar com crianças com TEA era uma obrigação institucional e que não estava preparada para trabalhar com esse perfil de alunos. Um dado interessante que os pesquisadores trazem é que essa professora interage menos vezes com esse aluno. Já a professora Carmem formada em musicoterapia, tinha uma formação diferenciada e se encantava pela inclusão. Com isso, conseguia relacionar-se mais afetivamente com os seus alunos com TEA, havendo uma interação significativamente mais frequente com esses alunos. “Para as crianças com TEA proporcionar mais vezes momentos de interação é de extrema relevância, para o seu processo de aprendizagem, já que, essas crianças apresentam prejuízos qualitativos na interação social e comunicativo com outro” (FARIAS; MARANHÃO; CUNHA, 2008, p. 367).

O estudo de Luz, Gomes e Lira (2017) levanta a discussão sobre percepção da inclusão de crianças com TEA considerando o papel da auxiliar pedagógica em sala nesse processo. A Lei Brasileira de Inclusão (2015) assegura que todas as salas de aula com alunos com deficiência devem ter um mediador para auxiliar a pessoa com deficiência. Nessa pesquisa, é designada uma auxiliar pedagógica, para acompanhar o aluno com TEA. Todavia, ela não permanece em sala em todos os momentos, pois, além de auxiliar a professora, tem outras funções na escola, como substituir professores quando faltam. A professora pesquisada verbaliza que a inclusão escolar seria a capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com

pessoas diferentes (LUZ; GOMES; LIRA,2017). De acordo com a docente, a falta de formação sobre o TEA a deixa desmotivada para atuar com o aluno. Além disso, o elevado número de alunos na sala, 22 crianças de 4 anos, mesmo com auxiliar em sala, impossibilitava, muitas vezes, a sua interação com a criança com TEA. Em muitos momentos, a criança não conseguia ficar em sala, apresentava uma irritabilidade, agitação e agressividade com os colegas. Os autores da pesquisa colocam que existe uma falta de concepção do papel da auxiliar de sala pela professora, que deveria ser melhor esclarecida para que, juntas, realizassem um trabalho em conjunto. Vicari (2019) corrobora com essa ideia, quando coloca que o mediador escolar precisa atuar em parceria com o professor regente, pois seu trabalho é um recurso a mais no processo de inclusão, não devendo ser confundido com o papel de professor da criança.

Os estudos de Farias; Maranhão; Cunha (2008) e de Luz; Gomes; Lira (2017) demonstram que o papel do mediador deveria possibilitar ao estudante desenvolver suas potencialidades diante de uma interação com os professores e pares. Todavia, a pesquisa mostrou que isso não ocorreu efetivamente. O mediador escolar é um profissional importante na inclusão escolar, quando necessário, pois ele pode favorecer ao aluno a interpretação dos estímulos do ambiente, chamando sua atenção para os aspectos relevantes, atribuindo significado à informação recebida e permitindo que o aluno consiga aplicar esse conhecimento em novas situações de aprendizagem (VICARI, 2019).

Os professores da pesquisa de Couto; Furtado; Zilly; Silva (2019) também consideram a inclusão escolar como ação que deve acontecer. Ressaltam que não se sentem preparados para atuar com crianças com TEA, chamando a atenção para o fato de que formações para a qualificação deveriam ser ofertadas pela Secretaria de Educação. Esse estudo também apontou que o avanço das crianças nas questões comportamentais aconteceu com a própria dinâmica da sala de aula. Por ser uma turma da Educação Infantil, o lúdico e a própria dinâmica desse contexto proporcionaram um ambiente favorável para esses aprendizados. As experiências significativas nos primeiros anos e o convívio com seus pares possibilitam um crescimento qualitativo para a criança, uma vez que seu processo de socialização permite o acesso aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética (BRASIL, 1998).

Ponce e Abrão (2019), em seu trabalho, fazem um debate semelhante ao estudo de Couto; Furtado; Zilly; Silva (2019) sobre a questão da inclusão escolar. Conquanto a inclusão seja vista pelas professoras da pesquisa como positiva, no ponto de vista social, a questão pedagógica aparece como um elemento de frustração. Para as professoras, lidar com as questões comportamentais é um desafio, sendo mais fácil pensar em estratégias quanto ao comportamento do que preparar atividades para o avanço pedagógico do aluno. Nesse estudo, os autores trazem também a discussão acerca da rede intersetorial para o diálogo e apoio na inclusão escolar desses estudantes, visto que são alunos com características diversas.

No estudo de Caneda e Chaves (2015), através da análise do discurso sob a ótica da Psicanálise, percebe-se, na visão da professora da pesquisa, a inclusão escolar como algo ilusório. Embora não se manifeste contra a inclusão escolar, sob pena de ferir o código do politicamente correto, apresenta-se compelida a expressar sua queixa.

[...] existe esse paradigma, ele é bem latente... é bem a realidade hoje... quando se estudava parecia que era uma coisa mais distante e lá atrás eu já dizia que eu não concordava com a inclusão se ela fosse de colocar o aluno dentro da sala, sem interação e não fazendo nada com ele... para mim, isso não é inclusão... inclusão para mim, é o momento que eu consigo trazer esse aluno do jeito dele, com os limites dele, para a sala de aula, e fazendo as mesmas coisas que os demais... isso é inclusão. (Professora) (CANEDA; CHAVES, 2015, p. 154)

Nesse estudo, os autores relatam que a professora demonstrou apenas sentimentos negativos em relação à proposta de inclusão, pois prevaleceram as dificuldades e não o saber. Dificuldades que estavam atreladas em conceituar e compreender o autismo, devido à complexidade que envolve o conhecimento a respeito da estrutura diagnóstica, que leva à reprodução do discurso psicomédico e ao sentimento de que os autistas vivem em um mundo particular, isolados da realidade. Isso leva a práticas inclusivas que se limitam a ações educativas sem dar importância à subjetividade e ao comportamento dessas crianças (CANEDA; CHAVES, 2015).

Pimentel e Fernandes (2014) também demonstram, em outro trabalho, a queixa dos professores pela falta de formação sobre o TEA, as dificuldades para encontrar apoio de outros profissionais, para saber que conteúdo ensinar, além da descrença no desenvolvimento escolar de crianças com autismo.

Na discussão de Rodrigues; Moreira; Lerner (2012), apresenta-se a inclusão de alunos com TEA em uma perspectiva, para as professoras, de caracterização desses alunos como "alunos-problema", afirmando a todo tempo a necessidade de um tratamento paralelo que as auxilie no cotidiano. Esses alunos que representam problemas "prendem" a professora em um trabalho individualizado e, por isso, dificultam o já complicado trabalho em grupo. A sensação de falta de saber para lidar com a inclusão representa uma frustração. (RODRIGUES; MOREIRA; LERNER, 2012).

Rodrigues; Sousa; Vargas (2015) fazem uma análise filosófica da percepção dos professores quanto à inclusão de alunos com TEA. As relações que os docentes estabeleceram com cada aprendiz foi única e singular no processo ensino e aprendizagem. Na observação dos autores, os professores acreditavam que o espaço da escola era para a diversidade, mas também constituía uma dinâmica desafiadora que gerava um certo cansaço por ter que gerir uma sala de aula com tantas complexidades.

4 COMENTÁRIOS FINAIS

O conjunto das ideias apresentadas no trabalho traz algumas reflexões sobre a inclusão escolar de alunos com TEA. A inclusão escolar está diretamente relacionada ao direito de acesso e permanência dos alunos na escola. Foi demonstrado pela pesquisa que os professores já têm a percepção legal do direito ao acesso dos alunos com TEA no ensino regular. Entretanto, garantir a permanência, a qual envolve direitos a aprendizagens, foi apontado pelos professores como o maior desafio. Eles não se sentem preparados para atuar com esses estudantes.

As condições e desafios da atuação dos professores na sociedade atual são inúmeros, e podem-se apontar alguns como: a sobrecarga da carga horária de trabalho, baixos salários, as salas de aulas com muitos alunos, as famílias que, muitas vezes, delegam à escola o seu papel e essas situações refletem diretamente na formação e atuação docente.

Ao refletir sobre essas demandas algumas questões são feitas: quais momentos da rotina profissional do professor ele faria essa formação? Quais seriam os conhecimentos

sobre o TEA? Quais metodologias de aprendizagens possíveis para atuação com esses alunos?

Uma limitação do trabalho foi a quantidade de pesquisas relacionadas ao tema. Como, ao se fazer a busca nas bases, encontrou-se um número limitado de artigos que discutem essa temática, foi necessária uma combinação de palavras-chaves similares para conseguir abarcar a temática. Outra limitação seria a restrição da amostra apenas em artigos, não tendo sido consideradas teses, dissertações, monografias para compor a pesquisa.

Durante o processo de seleção da amostra, foram excluídas publicações que discutiam, em parte, a percepção do professor em relação à inclusão. Na pesquisa de Monteiro *et al* (2020), o foco foi a investigação da percepção dos sintomas do autismo. Embora seja importante a identificação dos sintomas do TEA, a finalidade não foi a percepção sobre a inclusão. Outro exemplo diz respeito a um outro estudo que foi excluído cujo foco foi a tradução de uma escala de avaliação de autoeficácia de professores de alunos com autismo que, uma vez mais, não discutiu a percepção do professor sobre inclusão (CARLO; TEIXEIRA; SCHMIDT, 2018).

De acordo com a legislação, os alunos com TEA têm direito, quando necessário, de Atendimento Educacional Especializado (AEE), em salas adaptadas, que é realizado por professores. Este trabalho não teve o foco de delimitar na pesquisa se os alunos são atendidos por esses profissionais e qual seria a percepção desses professores sobre a inclusão escolar de alunos com TEA.

Dessa forma, constataram-se dificuldades em selecionar trabalhos que tratassem do objetivo desta pesquisa, apontando para a necessidade da realização de estudos que tenham por objetivo pesquisar a percepção do professor acerca da inclusão de estudantes com TEA.

REFERÊNCIAS

ABI-HABIB, Cyntia Prata. As políticas públicas na área da educação para a criança com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). *In*: BORGES, Adriana Araújo Pereira; NOGUEIRA, Maria Luisa Magalhães. (org). **O aluno com autismo na escola**. 1º ed. Belo Horizonte: Mercado da Letras, 2018. p. 137-162.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANJOS, Hedite Pereira dos ANDRADE; Emanuele Pereira; PEREIRA, Miriam Rosa A inclusão escolar do ponto de vista dos professores: o processo de constituição de um discurso. **Revista Brasileira de Educação**, Marabá-PA, v. 14, n. 40, p. 116-129, 2009. Doi:[10.1590/S1413-24782009000100010](https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000100010).

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, vol. 5, nº 11, p. 121–136, 2011. DOI: <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>

BRASIL, Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Educação inclusiva: a escola**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2004. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf>

BRASIL. Lei Federal nº 9493, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: **Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996**.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Nota Técnica 24**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Brasília, 2013

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares. Estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília, 1998.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 dez. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 16 dez.2021.

BRASIL, Lei nº 13146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 05 mar.2022.

BRASIL, Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais. Brasília. Coordenadoria Nacional para integração da pessoa com deficiência.

1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>; Acesso em: 10 dez. 2021.

CANABARRO, Renata Corcini Carvalho; TEIXEIRA, Maria Cristina Triguero Veloz; SCHMIDT Carlo. Tradução e Adaptação Transcultural da Escala de Avaliação de Autoeficácia de Professores de Alunos com Autismo: *Autism Self-Efficacy Scale for Teachers* (Asset). **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, vol. 24, n.2, abr.jun/ 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000200006>.

CANEDA, Cristiana Rezende Gonçalves; CHAVES, Tânia Marisa Lopes. A percepção do professor e do tutor frente à inclusão da criança com autismo no ensino regular. **Aletheia [on-line]**. n.46, p. 142-158, 2015.

CASARIN, Sidnéia Tessme; PORTO, Adrize Rutz; GABATZ, Ruth Irmgard Bartsch; BONOW, Clarice Alves; RIBEIRO, Juliane Portell; MOTA, Marina Soares Tipos de revisão de literatura: considerações das editoras do *Journal of Nursing and Health*. J. nurs. health. 10 (n.esp.), 2020.

CENTER FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. CDC: Saving Lives, Protecting People. Disponível em < <https://www.cdc.gov/ncbddd/autism/data.html> > Acesso em: 01 abr. 2020.

COUTO, Cirleine Costa; FURTADO, Maria Cândida de Carvalho; ZILLY, Adriana; SILVA, Marta Angélica Iossi. Experiência de Professores com Autismo: impacto no diagnóstico precoce e na inclusão. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, 2019 DOI: <https://doi.org/10.5216/ree.v21.55954>

DINIZ, Débora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. SUR - **Revista Internacional de Direitos Humanos**, dez, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1806-64452009000200004>

FAVORETTO, Natalia Caroline; LAMÔNICA, Dionísia Aparecida Cusin. Conhecimentos e necessidades dos professores em relação aos transtornos do espectro autístico. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, vol. 20, nº1, jan-mar./2014

FARIAS, Iara Maria de; MARANHÃO, Renata Veloso de Albuquerque; CUNHA, Ana Cristina Barros da. Interação professor-aluno com autismo no contexto da educação inclusiva: análise do padrão de mediação do professor com base na teoria da Experiência de Aprendizagem Mediada (Mediated Learning Experience Theory). **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.14, n.3, p.365-384, set.-dez. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382008000300004>

FISCHER, Marta Luciane. Tem um estudante Autista na minha turma! E agora? O diário reflexivo promovendo a sustentabilidade profissional no desenvolvimento de oportunidades Pedagógicas para Inclusão. **Revista Brasileira Educação Especial**, Bauru, v.25, n.4, p.535-552, out-dez. 2019.

GONZAGA, Mariana Viana; BORGES, Adriana Araújo Pereira. Tipos de Inclusão: uma nova proposta de adaptação curricular para crianças com TEA. In: BORGES, Adriana Araújo Pereira; NOGUEIRA, Maria Luisa Magalhães. (org). **O aluno com autismo na escola**. 1º ed. Belo Horizonte: Mercado da Letras, 2018. Cap 6, 163-186.

KASSAR, Mônica C. M.. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 41, p 61-79, jul/set. 2011.

LUZ, Mariana Helena Silva da. GOMES, Candido Alberto. LIRA, Adriana. Narrativas sobre a inclusão de uma criança autista: desafios à prática docente. **Educacion**. Lima vol.26 no.50 mar. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/http://doi.org/1018800/educacion.201701.007>

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosangela Gavioli. **Inclusão Escolar: Pontos e Contrapontos**. São Paulo: Summus Editorial, 2015.

MANUAL DE ORIENTAÇÃO DO DEPARTAMENTO CIENTÍFICO DO DESENVOLVIMENTO E COMPORTAMENTO DE PEDIATRIA: **Transtorno do Espectro Autista**. 2019.

MARTINS, Geisse; OLIVEIRA, Maria Inês Vasconcelos Rodrigues de. Educação Especial Inclusiva: Análise do Decreto 10.502. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 12, Vol. 15, pp. 97-112. Dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/lei/analise-do-decreto>. Acesso em: 05 mar.2020.

MONTEIRO, Rubiana Cunha; SANTOS, Camila Boarini; ARAUJO, Rita de Cássia Tiberio; GARROS, Danielle dos Santos Cutrim; ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado. Percepção de Professores em Relação ao Processamento Sensorial de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v.26, n.4, p. 623-638, out.dez., 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0195>

NASCIMENTO, Fabiana Ferreira; CRUZ, Mara Monteiro; BRAUN, Patricia. Escolarização de pessoas com transtorno do espectro do autismo a partir da análise da produção científica disponível na Scielo Brasil (2005-2015). **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, vol. 24,nº125, 2017. . Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.24.2515>

NUNES, Débora Regina de Paula; AZEVEDO, Mariana Queiroz Orrico; SCHMIDT, Carlo. Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão de literatura. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 26, n.27, 557-572, set/dez 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/10178/pdf>. Acesso em: 05 mar. 2021.

PIMENTEL, Ana Gabriela Lopes; FERNANDES, Fernanda Dreux Miranda. A perspectiva de professores quanto ao trabalho com crianças com autismo. **Artigos Originais - Audiol., Commun.** 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2317-64312014000200012>

PONCE, Joice Otávio; ABRÃO, Jorge Luiz Ferreira. Autismo e inclusão no ensino regular: o olhar dos professores sobre esse processo. **Estilos da Clínica**. 2019, vol. 24, nº 2, p. 342-357. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v00i0>

RODRIGUES, Maria Goreti Andrade; SOUSA, Renata Domingues Gonçalves Caveari; VARGAS, Thamyres Bandoli Tavares. Infâncias ditas autistas na escola: repercussões de pesquisas no mestrado em ensino. **Práxis Saber**. vol.10, nº23, mai./ago. 2019 Disponível em: <https://doi.org/10.19053/22160159.v10.n23.2019.9726>

RODRIGUES, Isabel Barros.; MOREIRA, Luiz Eduardo.; LERNER, Rogério. Análise institucional do discurso de professores de alunos diagnosticados como autistas em inclusão escolar [Institutional discourse of analysis of teachers of students diagnosed as autist in scholar inclusion]. **Psicologia: Teoria e Prática**, vol.14, nº 1, p.70–83, 2012.

SANINI, Cláudia; BOSA, Cleonice Alves. Autismo e inclusão na educação infantil: Crenças e autoeficácia da educadora. **Estudos da Psicologia**. julho e setembro de 2015, 173-183. Acesso em: 09 mar.2021

SCHMIDT, Carlo. Transtorno do espectro autista: onde estamos e para onde vamos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, vol. 22, n. 2, p. 221-230, abri/jun. 2017.

DOI: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v22i2>

SILVA, Solange da Silva; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro; KASZUBOWSKI, Erokson; NUERNBERG, Adriano Henrique. Estudantes com transtorno do espectro autista no ensino superior: analisando dados do INEP. **Psicologia Educacional Escolar**, vol. 24. 2020 DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392020217618>

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Transtorno do Espectro do Autismo Brasil**: SBP, 2019.

SOUSA, Silva Angélica; OLIVEIRA, Saramago de Oliveira; ALVES, Lais Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, n. 43, p. 64-83, 2021.

VICARI, Luiza Pinheiro Leão. **Escolarização de alunos com TEA: práticas educativas em uma rede pública de ensino**. Dissertação de Mestrado. 2019 - UFMG

WEIZENMAN, Luana Stela; PEZZI Fernanda Aparecida Szarecki; ZANON, Regina Basso. Inclusão Escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. **Psicologia Escolar e Educacional**, vol. 24, 2020. DOI <https://doi.org/10.1590/2175-35392020217841>